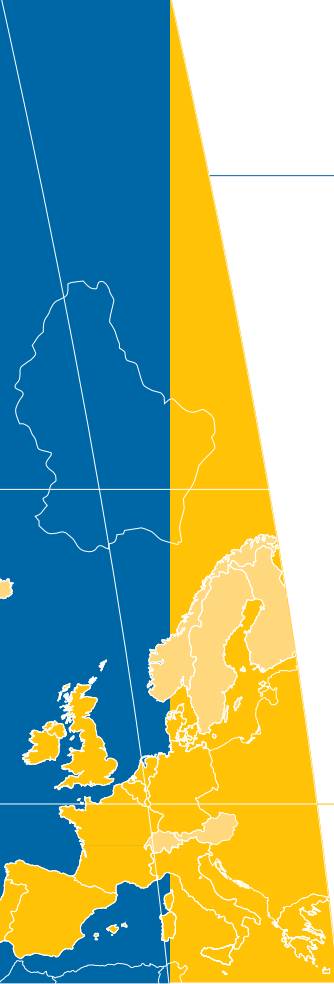




# A propósito...

## Ajuda ao desenvolvimento



Desde a entrada do Luxemburgo para o Comité para a Ajuda ao Desenvolvimento (DAC, Development Aid Committee) da OCDE em Janeiro de 1992, a política de ajuda ao desenvolvimento do Grão-Ducado sofreu grandes alterações, tanto no que diz respeito aos meios disponíveis, como a aspectos organizativos e qualitativos. Em 2002, o Luxemburgo canalizou 0,78% do seu produto nacional bruto para o apoio aos países necessitados, colocando-se assim na quarta posição dos países mais activos nesta área.

Por ocasião da avaliação das políticas e dos programas do Luxemburgo relativos à cooperação para o desenvolvimento, o DAC congratulou-se com o facto de estes estarem essencialmente direccionados para a luta contra a pobreza. Mais de metade dos dez países-alvo do Grão-Ducado pertencem aos menos desenvolvidos do mundo e 69,44% da ajuda ao desenvolvimento fornecida pelo Estado do Luxemburgo serviu para o financiamento de infra-estruturas e aspectos sociais como a educação, cuidados médicos básicos, abastecimento de água potável e tratamento dos esgotos. O DAC concluiu igualmente que foram encontradas medidas para melhorar a qualidade das medidas de auxílio por



parte do Luxemburgo. Entre estas contam-se o estabelecimento de programas de cooperação a longo prazo com os países-alvo, o envio de peritos luxemburgueses para o local, a intensificação do trabalho conjunto com as organizações não governamentais (ONG) e o estabelecimento de um sistema de acompanhamento e avaliação.

Grão-Ducado do Luxemburgo

Regime:  
Monarquia constitucional

Países vizinhos:  
Alemanha  
Bélgica  
França

Superfície:  
2.586 km<sup>2</sup>

População:  
448.300  
dos quais  
170.700  
estrangeiros

Densidade:  
170 hab./km<sup>2</sup>  
(2000)

Taxa de desemprego:  
3% (2002)

## Principais aspectos políticos

**Sob a epígrafe «Une politique de solidarité avec les plus démunis » (Uma política de solidariedade para com os mais desfavorecidos), foram consolidados os seguintes pontos principais da política de desenvolvimento no pacto de coligação entre os partidos do governo resultante das eleições de 1999:**

«É de grande importância a diminuição da diferença entre os países industrializados e os países em desenvolvimento que tem aumentado sobretudo devido à globalização. Como instrumento importante da política externa do Luxemburgo, a cooperação com os países em desenvolvimento deverá permitir ao nosso país ganhar uma posição de destaque no plano internacional.

No campo da ajuda pública ao desenvolvimento, o governo atingirá o seu objectivo de canalizar 0,7% do produto nacional bruto no ano 2000 e aumentará a percentagem da ajuda para cerca de 1% até ao final do novo período legislativo.



A construção do jardim infantil na ilha de São Nicolau (Cabo Verde) foi cofinanciada através da ajuda ao desenvolvimento do Luxemburgo

«... se todos os países ricos da OCDE assumissem a sua responsabilidade e adjudicassem 0,7% do seu produto nacional bruto à ajuda ao desenvolvimento, a pobreza poderia ser erradicada até ao ano 2015. ».

*Excerto da comunicação à Câmara dos Deputados efectuada por Charles Goerens, Ministro para a Cooperação e Ajuda Humanitária, em 12 de Fevereiro de 2003*

A luta contra a pobreza e o desenvolvimento sustentado são os principais objectivos da política de cooperação para o desenvolvimento. Isto acontece num espírito de parceria e de desenvolvimento participativo. O principal foco das medidas reside no sector social, em especial na educação e na saúde. Estas medidas deverão beneficiar um número restrito de países-alvo, que estão entre os países mais pobres do mundo. As mulheres e o seu papel decisivo na sociedade dos países em desenvolvimento são uma preocupação especial do governo. Deverá ser desenvolvido um sistema de avaliação para a ajuda ao desenvolvimento, a qual deverá dispor igualmente dos colaboradores aptos necessários. Deverá ser garantida uma presença local nos países-alvo, especialmente na África Ocidental, por forma a fortalecer a eficácia e a coerência das nossas medidas.

A cooperação com os países em desenvolvimento baseia-se na promoção e consolidação dos princípios democráticos, dos direitos do Homem, do Estado de Direito e da acção administrativa responsável, em consonância com a coerência de políticas especialmente a nível europeu.

**La Coopération au Développement.  
Elle irrigue la terre d'Aïchatou.  
Et apporte de l'eau au moulin de l'espoir.**



Niger: Projet NIC 211 - Forêts et Santé I et II dans la région de Dosso

Au Niger, comme dans beaucoup d'autres pays-cible, presque tout reste à faire. En étroite collaboration avec les Gouvernements de ces pays, la Coopération met en place des programmes combinant plusieurs piliers essentiels du développement: la construction d'écoles, la réalisation de puits, l'approvisionnement en eau potable et la mise en route de programmes d'hygiène et de santé.

**La Coopération. Grâce à vous, ça bouge!**



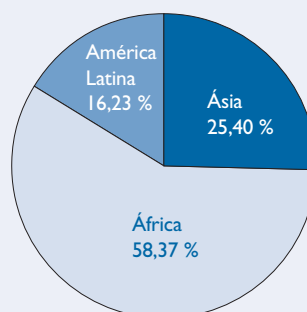
**LE GOUVERNEMENT**  
du Grand-Duché de Luxembourg

MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES - DIRECTION DE LA COOPÉRATION AU DÉVELOPPEMENT  
[www.mae.lu](http://www.mae.lu) - [information@mae.etat.lu](mailto:information@mae.etat.lu)

O governo atribui especial significado à cooperação com organizações não governamentais, para as quais contribui com um diálogo permanente e um sistema de cofinanciamento de projectos. Simultaneamente, recebe os meios correspondentes para melhorar o seu trabalho e a qualidade das suas medidas.

As iniciativas políticas no ramo do trabalho educacional sobre o tema do desenvolvimento e a sensibilização da opinião pública – especialmente dos jovens – têm grande significado.»

Contribuições em 2002 por continentes



## Estruturas políticas e administrativas

**No Ministério dos Negócios Estrangeiros, Comércio Externo, Cooperação para o Desenvolvimento e Defesa, o Ministro da Cooperação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária é o responsável político pela cooperação com os países em desenvolvimento.**

Em 1998, foi criada a Direcção da Cooperação para o Desenvolvimento (*Direction de la coopération au développement*) sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Anteriormente, os departamentos ligados à cooperação pertenciam à Direcção «Relações Económicas Internacionais». Entretanto, esta nova Direcção inclui os departamentos de «Cooperação Bilateral», «Cooperação Multilateral», «Cooperação com as ONG», «Ajuda Humanitária», «Apoio Técnico», «Auditoria e Avaliação», «Orçamento e Administração».

### Lux-Development

No quadro da cooperação bilateral, nos casos em que um programa do Luxemburgo em conjunto com as autoridades do país em desenvolvimento é implementado ao abrigo de uma parceria, o Ministério dos Negócios Estrangeiros trabalha em estreita colaboração com a Lux-Development S.A., a sua «Agência de

Realização». Trata-se de uma sociedade por acções, cujo principal accionista é o Estado do Luxemburgo. O Ministério dos Negócios Estrangeiros define os domínios principais da política, os princípios gerais e o plano financeiro da Lux-Development S.A. Para além disso, o Ministério decide sobre os programas e projectos atendendo às sugestões do governo do país parceiro. A Lux-Development S.A. é responsável pela concepção e a realização de acordo com o mandato conferido pelo Ministério. As relações entre o Ministério e a Lux-Development S.A. são reguladas por um acordo mútuo.

No início de 2003, a Lux-Development S.A. era responsável por cerca de 100 projectos e dispunha de aproximadamente de 50 colaboradores no Luxemburgo e aproximadamente de 100 técnicos e conselheiros nacionais e internacionais in loco. Foram criadas várias representações regionais para melhorar a coordenação das medidas da Ajuda ao Desenvolvimento do Luxemburgo nos países-alvo.

Neste contexto, dever-se-á ainda referir que a Lux-Development S.A. do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sem dúvida empenhada na realização dos seus muitos programas e projectos, decidiu no entanto testar novos procedimentos que possibilitem uma mais forte participação dos países parceiros nessa realização.

No Burkina Faso, a percentagem de alfabetização ascende a apenas 22%. No âmbito da sua luta contra a pobreza, a Ajuda ao Desenvolvimento luxemburguesa iniciou vários projectos de alfabetização na região Hauts-Bassins



## Comissão Interministerial para a Ajuda ao Desenvolvimento

O Ministério dos Negócios Estrangeiros tem o apoio de uma «Comissão Interministerial para a Cooperação com os Países em Desenvolvimento», no qual estão representados vários ministérios. Esta comissão tem essencialmente uma função de aconselhamento e emite pareceres sobre a direcção geral da política de ajuda ao desenvolvimento e em especial, sobre questões de apoio técnico. Recentemente, a Comissão tem vindo a debruçar-se também sobre questões relacionadas com a coerência política, nomeadamente sobre a política agrícola comum (PAC).

## Alcance da Ajuda Pública ao Desenvolvimento luxemburguesa

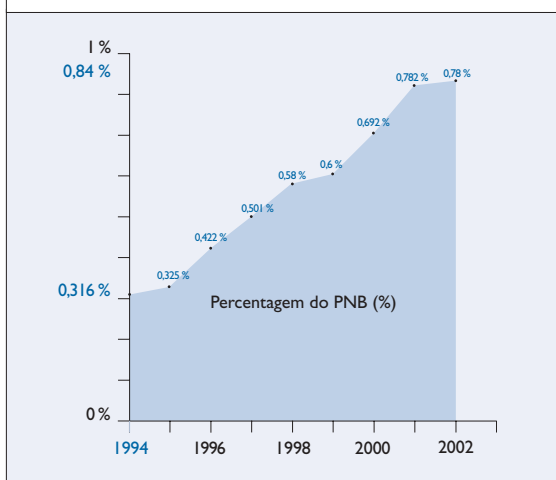
*A ajuda pública ao desenvolvimento aumentou continuamente desde finais dos anos 80 até atingir um montante significativo. Em 2000, foi dado mais um passo importante nesta direcção. Nesse ano, o Luxemburgo cumpriu e inclusivamente ultrapassou o seu compromisso de canalizar 0,7% do seu produto nacional bruto (PNB) para a ajuda pública ao desenvolvimento, assumido durante a Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e o Desenvolvimento, que teve lugar no Rio de Janeiro em 1992.*

Em 2002, o Luxemburgo esteve entre os países mais activos nesta área, tendo-se classificado em quarto lugar com um contributo de 0,78% do PNB. O Luxemburgo ficou atrás da Dinamarca (0,96%), da Noruega (0,89%) e da Holanda (0,82%), mas à frente da Suécia e dos restantes países membros da OCDE que fazem parte do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (DAC). Esta importante evolução corresponde ao objectivo do governo de aumentar a ajuda ao desenvolvimento para 1% do PNB até 2005.

Esta política de solidariedade foi prosseguida por todos os partidos políticos. O significativo crescimento económico, verificado no Luxemburgo durante vários anos, contribuiu indubitavelmente para a sua concretização, apesar de esse crescimento ter claramente abrandado recentemente. Ainda assim, o Luxemburgo distingue-se por uma 'cultura social' bastante marcada, da qual testemunha a pobreza e desigualdade social relativamente reduzida no país.



Evolução da ajuda do Estado do Luxemburgo ao desenvolvimento





## Os Programas Indicativos de Cooperação

***Por forma a emprestar à sua ajuda ao desenvolvimento uma dimensão mais estratégica e de mais longo prazo, o Luxemburgo passou de uma lógica de projecto para uma lógica de programa.***

Neste contexto foram elaborados os chamados Programas Indicativos de Cooperação – PIC – e desde o início de 2002 foram assinados programas com quatro países-alvo – Cabo Verde, Senegal, Vietname e Salvador. A médio prazo, estes acordos políticos serão igualmente concluídos com Laos.

Um PIC tem em geral um prazo de quatro a cinco anos e serve de instrumento para o controlo da cooperação. O governo do país parceiro é solicitado a apresentar a sua própria estratégia de desenvolvimento e as suas medidas nacionais para as possíveis áreas prioritárias. Os PIC levam assim a uma maior transparência e a uma maior previsibilidade das medidas do Luxemburgo na ajuda ao desenvolvimento e alargam-nas a uma dimensão estratégica. Um outro objectivo dos PIC é a melhoria e a simplificação administrativa da ajuda ao desenvolvimento.

O objectivo principal especificamente reconhecido é a luta contra a pobreza. Num PIC são estabelecidas as áreas prioritárias de cooperação, entre as quais se encontram especialmente aspectos sociais como a formação escolar e profissional das pessoas, a saúde, o abastecimento de água e o desenvolvimento rural integrado.

Para além disso, um PIC possibilita o diálogo político sobre questões de interesse comum. Ambas as partes se comprometem a lutar pela manutenção dos princípios democráticos, dos direitos do Homem e do Estado de Direito, uma liderança responsável do governo e a luta contra a pobreza. Além disso, podem ser abordadas outras questões como a integração regional, a globalização, a coesão social ou a diminuição das desigualdades. Para além dos pontos principais acima descritos, ambas as partes se comprometem ainda a ter em consideração outros aspectos problemáticos como a perspectiva dos géneros, o ambiente e a transferência de *know-how*.

### A Comissão de Parceria

Com a assinatura de um PIC, o Luxemburgo aprofunda as suas relações de cooperação com os seus parceiros mais importantes, tanto mais que é estabelecida uma comissão de parceria com cada país. Estas comissões dão aos ministros responsáveis pela cooperação para o desenvolvimento de cada país, a oportunidade de se encontrarem todos os anos, de ensaiarem as relações de cooperação e de darem os estímulos necessários para o futuro.

A nova missão da ajuda ao desenvolvimento em Dakar (Senegal), que foi estabelecida em Janeiro de 2001 e que é responsável por toda a região – Senegal, Bali e Burkina Faso – levou a uma abordagem clara entre a cooperação para o desenvolvimento luxemburguesa e estes três países, o que foi benéfico para a eficácia e o perfil da cooperação. O Ministério está assim empenhado em continuar a tendência de descentralização nos próximos anos.

No mesmo ano foi aberto um escritório de coordenação para o desenvolvimento na Cidade da Praia (Cabo Verde). Um escritório semelhante tinha sido aberto em 1999 em Pristina (Kosovo). Ainda neste ano, foi aberta em Pequim, com sede em Hanoi (Vietname), uma delegação da embaixada do Luxemburgo, que é responsável pelos assuntos de cooperação para o desenvolvimento no Vietname e no Laos. Estão igualmente em curso preparativos semelhantes para uma presença regional na América Central.

No entanto, devemos estar cientes que a política de ajuda ao desenvolvimento por si só não é suficiente para resolver os problemas de pobreza e de desenvolvimento. A coerência é uma característica basilar da política do Luxemburgo na área da cooperação com os países em desenvolvimento. Trata-se de um pré-requisito necessário para os progressos nas relações Norte-Sul e para o alargamento da globalização a uma dimensão social e humana.



## A Questão Agrícola

Em 2001 e 2002, o Luxemburgo organizou vários workshops, seminários e eventos sobre questões agrícolas, tendo tido o apoio de conselheiros da FAO.

As análises submetidas nestes eventos demonstraram que a economia agrícola, que ocupa 1,2 mil milhões de pessoas em todo o mundo, ou seja, metade da população activa mundial, sofreu um brusco aumento nas diferenças de produtividade entre os agricultores dos países industrializados e os do terceiro mundo. Daqui resultou uma inevitável queda nos preços e com ela o empobrecimento continuado das populações rurais dos países do Sul. As consequências da política agrícola comum (PAC) foram igualmente analisadas. Sem querer subestimar a complexidade do tema, põe-se a questão de que seria mais significativo trabalhar no sentido de criar mercados agrícolas regionais em países do terceiro mundo, cuja agricultura apresente uma produtividade comparável. Desta forma poderiam ser exigidos preços mais justos e haveria uma melhor protecção contra a concorrência do Norte. Este seria o pré-requisito para a conservação e desenvolvimento de uma agricultura que geraria a quantidade de alimentos necessários para prover às necessidades de toda a população. Para além disso, o Luxemburgo apoia as actividades

das associações de agricultores da África Ocidental para a melhoria das suas capacidades organizacionais e a sua cooperação com os governos individuais, com vista à criação de uma política agrícola comum ao nível de uma união económica e monetária da África Ocidental.

Este processo e este objectivo baseiam-se no principal objectivo da cooperação do Luxemburgo com os países em desenvolvimento, a luta contra a pobreza. Em muitos países em desenvolvimento e em especial nos países-alvo, a maioria da população vive da terra. É neste grupo populacional que se inserem os mais pobres da sociedade. Na Nigéria, por exemplo, 85% da população são agricultores.

A integração regional dos países em desenvolvimento – uma das recomendações do acordo de Cotonou – coloca-los-á seguramente em melhor situação para estabelecer relações comerciais e económicas entre si e dar-lhes-á melhor acesso ao mercado mundial. Este aspecto reveste-se de particular importância para os países menos desenvolvidos, que registaram na última década um crescimento populacional que foi o dobro ou o triplo do crescimento económico. Consequentemente, estes países continuam a empobrecer. Relançar a economia destes países é um desafio contínuo da política de ajuda ao desenvolvimento.



## Cooperação Bilateral

**Esta designação refere-se a projectos que são acordados entre dois países. Trata-se por isso de um apoio imediato do Luxemburgo a um programa, que é estabelecido em conjunto pelo Luxemburgo e pelas autoridades do país em desenvolvimento em questão.**

### Os países-alvo

Com a finalidade de aumentar a eficácia da sua política e para simplificar a respectiva realização, o Ministério concentra a maior parte das suas medidas em dez países-alvo. Assim, cerca de 57% dos meios para cooperação bilateral são dedicados a estes dez países, sendo os restantes 43% distribuídos por menos de 20 outros países.

Em 2003 os países-alvo são os seguintes:

- › Ásia: Vietname e Laos;
- › América Central: Nicarágua e Salvador;
- › África: Nigéria, Namíbia, Cabo Verde, Senegal, Mali e Burkina Faso.

Os territórios ocupados da Palestina beneficiam das mesmas vantagens que os países-alvo.

A vontade política do governo de colocar a luta contra a pobreza no centro da sua cooperação para o desenvolvimento é determinante na escolha de um «país-alvo». Apesar de todos os países em questão se debaterem com uma enorme pobreza, o governo luxemburguês está ciente da existência de contrastes distintos dentro das sociedades destes países. Por esta razão, a ajuda ao desenvolvimento do Luxemburgo tem-se esforçado por concentrar o mais possível as suas medidas nas regiões mais desfavorecidas e mais pobres destes países.

O índice *Human Development Index* da ONU é crucial para a escolha, sendo baseado em determinados critérios de desenvolvimento humano, de entre os quais se destacam três pelo seu significado básico – esperança de vida, formação escolar e profissional e condições

de vida. Para além disso, são tidos em consideração o indicador específico do género do desenvolvimento humano e o indicador de pobreza. No que diz respeito à classificação de acordo com o índice *Human Development Index*, todos os países-alvo se classificam na segunda metade da tabela, e cinco pertencem aos países com o maior atraso.

Outros países, entre os quais a Tunísia, a Maurícia e o Equador, evoluíram com o decorrer do tempo para países semi-industrializados. A ajuda ao desenvolvimento do Luxemburgo para estes países foi sendo reduzida, em vista dos avanços registados pelos indicadores de desenvolvimento humano.

A cooperação bilateral não se restringe contudo aos países-alvo e semi-industrializados. Também são contemplados os chamados países-projecto, se bem que em menor escala. No quadro deste tipo de cooperação, a principal ênfase das medidas do Luxemburgo centra-se num número limitado de projectos em países parceiros tradicionais como o Ruanda, Burundi, e Marrocos e em parceiros recentes como a África do Sul, a Índia, o Chile ou a China.

Em 1999, o Luxemburgo alargou o alcance da sua ajuda aos países dos Balcãs ocidentais e em especial aos Estados da Sérvia e de Montenegro (ao qual pertence o Kosovo) e à Albânia. Com esta medida, deverá ser conseguida uma contribuição bilateral às actividades da comunidade internacional, que pretende trazer estabilidade a esta zona da Europa.

Com esta cooperação, é tida em consideração a situação especial desta região, que é marcada sobretudo por uma transição difícil para uma economia de mercado e por uma taxa de desemprego muito elevada. Por este motivo, é dada especial ênfase à criação de novos postos de trabalho, à reestruturação da economia, ao apoio à agricultura e ao microfinanciamento.





Em Sokurani (Burkina Faso) os habitantes da aldeia receberam formação sobre a criação de peixes no idioma local, dioula.

## Principais Áreas da Ajuda ao Desenvolvimento

**A cooperação luxemburguesa para o desenvolvimento considera como prioritários os sectores sociais da formação escolar e profissional, saúde pública, abastecimento de água e desenvolvimento integrado.**

Em 2002, foram canalizados 19,21% dos meios de cooperação para o sistema educativo, 29,50% para a saúde pública e 9,64% para o abastecimento de água. 10,18% foram atribuídos à economia – agricultura e silvicultura, pescas, comércio e turismo – e 1,63% à protecção ambiental.

Quanto à **educação**, o Luxemburgo dirigiu as suas medidas principalmente para a formação técnica e profissional. Dentro desta área, incluem-se as infra-estruturas, o equipamento e a formação contínua dos professores.

Na área da **saúde pública**, o Grão-Ducado valoriza principalmente a longevidade. No que se refere aos projectos, é dada especial atenção aos aspectos de infra-estruturas, equipamento e formação dos profissionais de saúde. No Ruanda, foi introduzida uma terapia anti-retroviral enquadrada num novo projecto. Simultaneamente, foram estabelecidas parcerias entre hospitais luxemburgueses e ruandeses, para promover o intercâmbio de *know-how*. Esta acção enquadra-se na iniciativa ESTHER, em que estão envolvidos outros

quatro países europeus. Para além disso, existe uma estreita colaboração com a OMS, a ONUSIDA e os Fundos Globais de Luta contra a Sida, Tuberculose e Malária.

Em Salvador, na Nicarágua, no Senegal, no Mali, em Marrocos e em Cabo Verde foram implementados projectos para o abastecimento de **água potável**. Outras medidas adicionais, relacionadas com estas, envolvem o saneamento de esgotos. Dentro do âmbito destas acções, que decorrem em estreita colaboração com as autoridades locais, são Para além disso tomadas inúmeras medidas de sensibilização e de arborização.

Em vários países-alvo, o **desenvolvimento rural integrado** assume um papel especial. Com este conceito prossegue-se uma base multisectorial, que engloba sectores como a irrigação, a agricultura, a saúde e a formação.

No que diz respeito à **perspectiva dos géneros**, o governo apoia projectos que beneficiem sobretudo as mulheres. A cooperação com o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) trouxe assim às mulheres de vários países melhorias no sector da saúde reprodutora.

Um outro sector igualmente importante é o **ambiente**, porque os projectos na área do saneamento de esgotos têm igualmente efeitos ecológicos imediatos.

Na área da **governança responsável**, o Luxemburgo utiliza diferentes meios para obter progressos:

- › Em todos os novos acordos bilaterais de cooperação para o desenvolvimento, ambos os governos se comprometem a respeitar os princípios democráticos, os direitos do Homem, o Estado de Direito e uma liderança governamental responsável.
- › Estes tópicos são expressamente levantados no quadro do diálogo político previsto no PIC.

O **sector privado** é apoiado nos países do Sul em especial através de projectos de fomento do artesanato na Nigéria e no Burkina Faso, em que se dá particular ênfase à educação, à organização de estruturas administrativas e ao microfinanciamento. Com a construção de escolas de hotelaria e turismo consegue-se uma certa promoção do turismo no Vietname e na Nicarágua.



## ESTHER

A iniciativa ESTHER (*Ensemble pour une solidarité thérapeutique hospitalière en réseau contre le sida* – Juntos por uma solidariedade terapêutica hospitalar em rede contra a Sida) foi oficialmente fundada em 9 de Abril de 2002 por quatro países europeus – Luxemburgo, França, Espanha e Itália. Sob este acrónimo esconde-se uma nova forma de rede hospitalar de solidariedade para com os países em desenvolvimento e semi-industrializados.

O programa ESTHER visa a cooperação na luta contra a epidemia da Sida, que assola especialmente nos países africanos, especialmente com a preparação de terapias adequadas e sobretudo terapias combinadas. Os países africanos sofrem sobretudo de falta de medicamentos, de educação inadequada do pessoal médico e do mau funcionamento das estruturas de cuidados de saúde. As parcerias entre hospitais dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento deverão colmatar estas falhas através do intercâmbio de *know-how*. As instalações em causa deverão receber apoio logístico.

Segundo Charles Goerens, Ministro luxemburguês da Cooperação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária, tais iniciativas representam um pré-requisito para a correcta distribuição de meios para a luta

contra a Sida. Através desta «Rede de Solidariedade Terapêutica entre Hospitais», os representantes da saúde pública dos países desenvolvidos apoiam os seus colegas dos países do Sul na luta contra uma doença que actualmente atinge 40 milhões de pessoas em todo o mundo.

Centenas de hospitais em toda a Europa já expressaram o seu interesse em participar nesta iniciativa. No Grão-Ducado, os que manifestaram esse interesse são o *Centre hospitalier de Luxembourg* (CHL) e o *Centre hospitalier du Nord* (CHN) em Ettelbrück. Estas clínicas iniciaram entretanto uma representação local em África. Devido à sua experiência em projectos de luta contra a Sida no Ruanda, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Luxemburgo está decidido a centrar-se neste país especialmente atingido por este flagelo.

A propósito, o Ministro Charles Goerens refere que «o Luxemburgo pertence assim aos primeiros países que se empenharam num processo cujo objectivo é o de assegurar o princípio de que os doentes de Sida nos países em desenvolvimento têm o mesmo direito ao tratamento e o mesmo direito à esperança dos doentes que têm a sorte de viver num dos países mais ricos do mundo.»

*Declaração sobre a Cooperação para o Desenvolvimento à Câmara dos Deputados em 12.02.2003*

## Cooperação Multilateral

A cooperação com organizações multilaterais continua a ser uma componente importante da ajuda ao desenvolvimento do Luxemburgo. Esta forma de cooperação teve origem na vontade de poder utilizar as infra-estruturas e as áreas de competência das grandes organizações internacionais. Esta cooperação consiste no financiamento ou cofinanciamento de projectos elaborados por organizações internacionais. O Ministério escolhe geralmente os programas que complementam a sua cooperação bilateral.

Os parceiros mais importantes nesta área são, entre outros, a Organização Mundial de Saúde (OMS - WHO), o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP), o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) e o Organismo de Obras Públicas e de Socorro aos Refugiados da Palestina no Médio Oriente (UNRWA).

## Cooperação com Organizações Não Governamentais

**O Luxemburgo prossegue uma cooperação extensa e bem sucedida com 77 organizações não governamentais.**

O compromisso que os colaboradores permanentes e honorários destas ONG fazem diariamente, o seu contacto directo com as pessoas afectadas, as suas diversas acções e as suas relações com os países do Sul representam uma contribuição valiosa e insubstituível para a acção do Luxemburgo junto das populações mais pobres.

As relações com as ONG são debatidas no seio de um grupo de trabalho em que os representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros e das ONG se encontram regularmente para conversações sobre questões da ajuda pública para o desenvolvimento. O Ministro da Cooperação para o Desenvolvimento tem assim a oportunidade de se encontrar anualmente com representantes de todas as ONG na respectiva Assembleia Anual.



Um exemplo da cooperação entre o Ministério e as ONG é a fundação do Bureau d'Assistance Technique – Direcção de Apoio Técnico (BAT). O BAT tem três tarefas:

- › Preparação e realização de eventos de formação avançados teóricos colectivos para todas as pessoas ligadas à gestão de projectos. No ano 2000, aproximadamente 100 membros de ONG assistiram a estes cursos.
- › Disponibilização às ONG de informações e outros dados sobre critérios, esquemas, procedimentos financeiros e de gestão na área de apresentação de projectos e contratos-quadro ao Ministério.
- › Criação de uma base de dados, que contém os dados dos especialistas dos países do Norte e do Sul.

As mais importantes organizações internacionais de ajuda ao desenvolvimento das quais o Luxemburgo é membro:

<b>IAEA:</b>	Agência Internacional de Energia Atómica	<b>UNHCR:</b>	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
<b>ZUE:</b>	Centro para o Desenvolvimento de Empresas	<b>UNICEF:</b>	Programa das Nações Unidas para a Infância
<b>IKRK:</b>	Comité Internacional da Cruz Vermelha	<b>UNIFEM:</b>	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
<b>INSTRAW:</b>	Instituto de Investigação e Formação das Nações Unidas para a Promoção das Mulheres	<b>UNRWA:</b>	Organismo das Obras Públicas e Socorro aos Refugiados da Palestina no Médio Oriente
<b>WHO:</b>	Organização Mundial de Saúde		
<b>IOM:</b>	Organização Internacional para a Migração		
<b>WTO:</b>	Organização Mundial de Comércio		
<b>UNCTAD:</b>	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento		
<b>UNCHS:</b>	Centro das Nações Unidas para os Povoamentos Humanos (Habitat)		
<b>FAO:</b>	Organismo das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação		
<b>UNFPA:</b>	Fundo das Nações Unidas para a População		
<b>UNIDO:</b>	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial		
<b>UNAIDS</b>	Programa Conjunto das Nações Unidas contra a Sida		
<b>UNDCP:</b>	Programa das Nações Unidas para o Controlo Internacional de Drogas		
<b>UNDP:</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento		
<b>UNEP:</b>	Programa das Nações Unidas para o Ambiente		
<b>UNESCO:</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura		

## Ajuda Humanitária

***A ajuda humanitária, entre a qual se contam igualmente os primeiros socorros e o auxílio à reconstrução, totaliza cerca de 10% da ajuda ao desenvolvimento do Luxemburgo.***

Os pontos geográficos mais importantes das actividades do Luxemburgo em 2002 foram o Corno de África, África Austral, a região dos Grandes Lagos e a África Ocidental (Serra Leoa, Libéria, Guiné, Costa do Marfim).

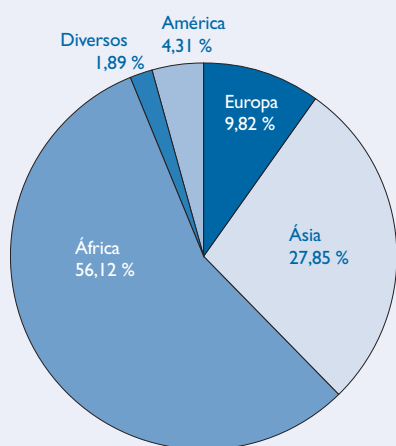
Em 2001, o Afeganistão foi alvo de medidas de apoio especiais. O Luxemburgo contribuiu com mais de sete milhões de dólares para programas de ajuda imediata, restabelecimento, reconstrução, luta contra as minas anti-pessoais e a protecção de mulheres e crianças. Entre estes programas conta-se especialmente um programa de apoio extensivo da UNFPA a favor das mulheres afegãs e dos seus filhos.

Em 2001, o Luxemburgo apoiou igualmente programas de reconstrução a favor das vítimas dos tremores de terra em Salvador e na Índia. Em San Agostín (Salvador), a reconstrução de aproximadamente 500 casas está prestes a terminar.

No Próximo Oriente, o Luxemburgo trabalha também com o UNWRA e diversas ONG locais e luxemburguesas, para apoiar a população palestina.

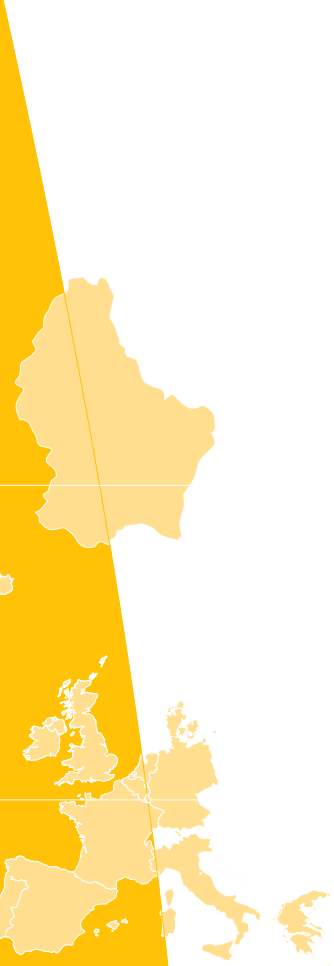
Em 1999 no Kosovo, logo após o fim dos conflitos armados, o Luxemburgo fez-se representar localmente através do estabelecimento de um escritório em Pristina. Esta representação tratou das medidas de ajuda humanitária do Luxemburgo e organizou a recepção e o apoio aos refugiados do Kosovo que regressaram ao seu país após uma estadia prolongada no Luxemburgo. No final de 2000, a ajuda ao desenvolvimento luxemburguesa iniciou a transformação progressiva das medidas de ajuda humanitária numa cooperação sustentada para o desenvolvimento.

Ajuda humanitária em 2002 por continentes:



Estero Real (Nicarágua): depois do furacão Mitch em 1998 a ajuda luxemburguesa ao desenvolvimento permitiu construir um sistema de canalização de água potável e dois sistemas para tratamento e abastecimento de água potável.





Na Escola de hotelaria em Hué (Vietname) os jovens aprendem uma profissão que tem um significado vital para o futuro do seu país – o turismo



## Sensibilização e Relações Públicas

***O Luxemburgo atribui particular importância à sensibilização e informação da opinião pública para as questões da cooperação para o desenvolvimento.***

Assim, o Ministério dos Negócios Estrangeiros – com o apoio da Câmara dos Deputados – encetou no início de 2002 uma campanha plurianual para a sensibilização da opinião pública no Grão-Ducado. Esta campanha prossegue os seguintes objectivos:

- › informação da opinião pública sobre a política de ajuda ao desenvolvimento
- › promoção da aceitação desta política
- › aprofundamento do conhecimento e da compreensão das realidades dos países em desenvolvimento e das relações Norte-Sul
- › promoção da tolerância e da solidariedade para com as pessoas desfavorecidas do terceiro mundo.

Esta acção inclui uma série de medidas regulares como conferências de imprensa, a apresentação e divulgação alargada do Relatório Anual sobre a cooperação para o desenvolvimento, a apresentação à imprensa do Relatório do UNDP sobre o desenvolvimento humano

e do Relatório do UNFPA sobre o desenvolvimento populacional mundial, a participação no Consolidated Appeal Process (CAP), a promoção de semanas culturais num dos países-alvo, a participação em debates em escolas e a participação de representantes da Câmara dos Deputados, da Comissão Interministerial, das ONG, etc., em delegações para a abertura de missões locais.

Em 2000 foi estabelecido o Service Education Nord-Sud (Serviço Educação Norte-Sul, SENS), que é gerido por um comité de gestão e que tem o apoio financeiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Este serviço é responsável por organizar durante todo o ano, com o apoio de numerosos parceiros – Ministério da Educação, Serviço Nacional da Juventude, Escolas, ONG, etc. - diversas medidas de sensibilização em todo o país relativamente à cooperação para o desenvolvimento, entre as quais se podem referir seminários, workshops em escolas, acções de formação avançada para professores e membros de ONG, cooperação com os centros de juventude nas comunidades, etc.

Para além disso, o Ministério estabelece relações com as cidades e comunidades do Luxemburgo e encoraja-as a empenharem-se na cooperação para o desenvolvimento.

## Avaliação e Auditoria

**Recentemente, a cooperação para o desenvolvimento orienta a sua atenção também para a avaliação das suas actividades. Isto levou ao estabelecimento do Departamento «Avaliação e Auditoria» dentro do Ministério.**

Quanto à avaliação, efectuou-se primeiro uma avaliação dos resultados dos projectos e acções através de peritos externos, que determinaram se e em que

medida os objectivos planeados foram alcançados. A avaliação deve garantir simultaneamente que os ensinamentos do passado sejam tomados em consideração nas medidas futuras. Um outro princípio desta estratégia é a avaliação conjunta com o governo de cada país. Deste modo, têm lugar assim cada vez mais avaliações de projectos bilaterais e multilaterais bem como de projectos cofinanciados pelas ONG, que servem para otimizar a ajuda luxemburguesa ao desenvolvimento.

## Contributo do Ministério das Finanças para a ajuda ao desenvolvimento

Através da sua responsabilidade pelas instituições financeiras internacionais, o Ministério das Finanças desempenha um papel complementar na política luxemburguesa para o desenvolvimento. Entre estas contam-se as instituições do acordo de Bretton Woods, ou seja, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), como as fontes mais importantes de financiamento para os países em desenvolvimento. O Ministério das Finanças, em cooperação com o Banco Central do Luxemburgo, está representado no Conselho de Administração destas organizações e pode assim (no âmbito da sua participação de capital) influenciar a política de ambas as instituições. A maior parte do apoio do Luxemburgo é efectuado através das *soft loan windows* do Banco e do FMI, que possibilitam empréstimos e subsídios para projectos e programas sociais nos países em desenvolvimento mais pobres. Para além do Banco Mundial e do FMI, o Ministério das Finanças apoia igualmente o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD), o Fundo Global para o Ambiente (GEF), ou também projectos de desenvolvimento do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (EBRD) em vários países. Em Setembro de 2003, o Luxemburgo tornou-se membro do Banco para o Desenvolvimento Asiático (AsDB), por forma a que a pobreza possa ser directamente combatida no continente mais povoado.

O Ministério das Finanças empregou entre 8 e 10 milhões de euros por ano para a ajuda ao desenvolvimento, o que corresponde a cerca de 6% do orçamento total. Mais importantes que o montante das despesas são os objectivos específicos estabelecidos complementarmente à ajuda ao desenvolvimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O Ministério das Finanças concentra-se assim nos seguintes aspectos

- › a **ajuda para a diminuição do endividamento dos países mais pobres**, para que estes possam ter mais fundos disponíveis no próprio país para os programas sociais, por exemplo, para educação ou saúde, isto apesar de o Luxemburgo não ser um país credor
- › a **melhoria do clima de investimento** nos países em desenvolvimento, para, por um lado, promover a propensão à poupança interna e para diminuir a fuga de capitais, e por outro lado, atrair o capital e *know-how* estrangeiros necessários
- › o **apoio ao sector bancário**, por forma a poder garantir-se o financiamento da economia real, principalmente a favor de pequenas e médias empresas, que representam a espinha dorsal de uma economia saudável; neste sentido é dada especial atenção ao microfinanciamento
- › as **possibilidades de investimento no sector do ambiente**, que são oferecidas através do Protocolo de Quioto nos países em desenvolvimento, por forma a tratar os problemas ambientais globais em condições vantajosas, tal como através de simples medidas nacionais nos países industrializados
- › a utilização de **tecnologias de telecomunicações e de informação** modernas para as necessidades dos países em desenvolvimento (criar portais de Internet para a produção e intercâmbio de conhecimentos e experiências, democratização do processo de decisão, etc.)
- › o **financiamento da investigação**, especialmente no sector agrícola, sob uma óptica trifacetada: assegurar a alimentação num ambiente de explosão demográfica prolongada, conservação do tipo genético das plantas, e desenvolvimento de um controlo de pragas não poluente (ecológico)

## Bibliografia

«**Déclaration sur la politique de coopération au développement et d'action humanitaire 2002**», Câmara dos Deputados  
12 de Fevereiro de 2003

«**La politique luxembourgeoise de coopération au développement**» - Memorando ao Comité de ajuda ao desenvolvimento por ocasião da *Peer Review* em 18 de Março de 2002

**Relatório Anual de 1999** da Cooperação luxembourgeoise au développement

**Relatório Anual de 1999**, Lux-Development SA

**Relatório Anual de 2000** da Cooperação luxembourgeoise au développement

**Relatório Anual de 2000**, Lux-Development SA

**Relatório Anual de 2001** da Cooperação luxembourgeoise au développement

**Relatório Anual de 2001**, Lux-Development SA

**Relatório Anual sobre o Desenvolvimento Humano 200**, PNUD

**Relatório Anual de 2002** da Cooperação luxembourgeoise au développement

## Endereços úteis

### **Ministério dos Negócios Estrangeiros, Comércio Externo, Cooperação para o Desenvolvimento e Defesa**

Direction de la Coopération au Développement  
6, rue de la Congrégation  
L-1352 Luxembourg  
Tel.: +352 47 82 35 1  
Fax: +352 22 20 48  
E-mail: [information@mae.etat.lu](mailto:information@mae.etat.lu)  
[www.mae.lu](http://www.mae.lu)

### **Lux-Development S.A.**

10, rue de la Grève  
B.P. 2273  
L-1022 Luxembourg  
Tel.: +352 29 58 58 1  
Fax: +352 29 58 58 200  
E-mail: [ask@lux-development.lu](mailto:ask@lux-development.lu)  
[www.lux-development.lu](http://www.lux-development.lu)

### **Bureau d'Assistance technique aux ONG (BAT)**

13, avenue Gaston Diederich  
L-1420 Luxembourg  
Tel.: +352 26 02 09 21 / 22  
Fax: +352 26 02 09 26  
E-mail: [bat@cercle.lu](mailto:bat@cercle.lu)

### **Centre d'Information Tiers Monde (CITIM)**

55, av. de la Liberté  
L-1931 Luxembourg  
Tel.: +352 40 04 27 1  
Fax: +352 40 04 27 27  
E-mail: [education@astm.lu](mailto:education@astm.lu)  
[www.astm.lu](http://www.astm.lu)

## Impresso

### **Editor/Autor**

Service Information et Presse  
Cellule Edition

Editado em cooperação com a  
*Direction de la Coopération au Développement*

### **Layout**

BIZART

### **Impressão**

xxx

### **Fotos**

Direction de la Coopération au Développement  
Photothèque SIP

ISBN 2-87999-046-7 Outubro de 2003